

О ДІАБЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V. B

ІТАРОЦЌДО
САЇТІСА АО ДІАБЕІТО
Д СОРЦІІСАЌДО
Е Д ІНФОРМАЌДО



ОАГАІІЗАДОАЕС

JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR

MICHAEL CÉSAR RAMOS

ELENI CRISTINA GERALDES

FERNANDO OLIVEIRA RAUANO

JANARA SOUZA

HELGA MARTINS DE RAÇA

TALITA TATIANA DIAS RAMPINI

VANESSA NEGRAINI

O DIREITO ACHADO NA JACA

VOLUME B

**INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO À
COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO**

ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR • MICAEL CÉSAR RAMOS • ELLEN GERALDES • FERNANDO
OLIVEIRA RAUANO • JANAIA SOUZA • HELGA MARTINS DE RAUANO • TALITA RAMOS •
VANESSA NEGRAU**



О ДІЯЕІТО АСНАДО ІА ЯЦА V.В

**ІІТЯОДЦЃДО СЯІТІСА АО ДІЯЕІТО Д
СОПЦИІСАЃДО Е Д ІІФОЯПАЃДО**

O DIREITO ACNADO NA ЯЦА V.B

ИТЯРОДЦЃО СЯЃТІСА АО ДІЯЕІТО Д СОРЦІСАЦЃО Е Д ІНФОРМАЦЃО

ОРГАНИЗАДОРАС Е ОРГАНИЗАДОРАС

José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldес, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini.

АЦТОРАС Е АЦТОРАС

Alexandre Bernardino Costa, Ana Iris Nogueira Pacheco, Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), Angélica Peixoto, Antonio Escrivão Filho, Bárbara Lima Vieira, Bia Barbosa, Boaventura de Sousa Santos, Claudia Paiva Carvalho, Cristiano Paixão, Daniel Vitor de Castro, Delcia Maria de Mattos Vidal, Dirlene Santos Barros, Eduardo Gonçalves Rocha, Elizabeth Machado Veloso, Flávio Castro, Francisco Rocha, Gabriel Medeiro Pessoa, Geraldo Miranda Pinto Neto, Gisela Aguiar Wanderley, Gustavo Azevedo, Helena Martins, Humberto Góes, Ísis Menezes Táboas, Jacques de Novion, Janny Carrasco Medina, José Carlos Moreira da Silva Filho, Karenina M. Cabral, Leonardo Luiz de Souza Rezio, Letícia Pereira, Ludmila Cerqueira Correia, Luísa Guimarães Lima, Luísa Martins Barroso Montenegro, Marcela D'Alessandro, Marcelo Barros da Cunha, Marcos Urupá, Milton Carlos Vilas Bôas, Mônica Tenaglia, Natália Oliveira Teles, Olívia Maria de Almeida, Neuza Meller, Patrícia Vilanova Becker, Pedro Andrade Caribé, Roberto Lyra Filho, Rosângela Piovesan, Rosane Freire Lacerda, Sílvia Alvarez, Solange I. Engelmann, Thaís Inácio, Valéria Castanho, Vanessa Galassi, Viviane Brochardt.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

Capas/Fotos Humberto Góes
Diagramação Vanessa Negrini
Revisão Elton Bruno Barbosa Pinheiro
Ficha Catalográfica Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)
Apoio Daniel Souza Oliveira, Guilherme Aguiar, Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Neila Pereira de Almeida, Pedro Ivo, Priscila Augusta Morgado Pessoa, Ricardo Borges Oliveira, Rosa Helena Santos
Imagens nas fotos Bárbara Amaral dos Santos, Guaia Monteiro Siqueira, Mel Bleil Gallo



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

I61 Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/
organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FAC-
UnB, 2016.
455 p.: il.; 21x30cm.
(Série o direito achado na rua, v.8)

ISBN 978-85-9-3078-06-4

1. Direito - Comunicação. 2. Liberdade de informação. 3.
Comunicação de massa. 4. Direito Constitucional. 5. Direitos
Humanos. I. Série. II. Sousa Jr., José Geraldo de.

CDU: 34:301

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
---------------------------	---

PARTE I	9
----------------------	---

Conceitos e categorias para compreensão do Direito Humano à Comunicação e à Informação sob a perspectiva do Direito Achado na Rua	9
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua” José Geraldo de Sousa Junior, Helga Maria Martins de Paula e Talita Tatiana Dias Rampin	10
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido Elen Gerales, Murilo César Ramos, Janara Sousa, Fernando Paulino, Vanessa Negrini, Luiza Montenegro e Natália Teles	20
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

A Constituinte e a Reforma Universitária Roberto Lyra Filho (in memoriam)	31
------------------------------------------------------------------------------------------	----

A Democracia difícil: é possível um novo contrato social? Boaventura de Sousa Santos	44
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Acesso à Justiça e a pedagogia dos vulneráveis Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire)	69
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Gonçalves Rocha	78
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Comunicação como exercício da liberdade Antonio Escrivão Filho e Ísis Menezes Táboas	88
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

PARTE II	98
-----------------------	----

Reflexões e trajetórias de luta pelo Direito Humano à Comunicação e à Informação	98
----------------------------------------------------------------------------------------	----

MARCO LEGAL	99
--------------------------	----

Sociedade da Informação, Direitos Humanos e Direito à Comunicação Marcos Urupá	100
-----------------------------------------------------------------------------------------------	-----

As mudanças no marco regulatório das telecomunicações no Brasil Elizabeth Machado Veloso	111
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Rádiodifusão comunitária: das barreiras do processo de outorga à criminalização da prestação irregular do serviço Gisela Aguiar Wanderley e Marcelo Barros da Cunha	137
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

A TV Brasil e o debate conceitual em torno do Artigo 223 da Constituição Federal de 1988 Natália Oliveira Teles	144
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Os direitos autorais como expressão de liberdade seletiva no audiovisual | **Pedro Andrade Caribé**
..... 151

COMUNICAÇÃO E GOVERNO..... 158

O discurso democrático entre governo e esfera pública digital: a construção do portal Dialoga Brasil | **Karenina M. Cabral e Francisco Rocha**..... 159

O Direito à Comunicação nos *sites* de rede social: análise das interações mútuas na página do Humaniza Redes no *Facebook* | **Leonardo Luiz de Souza Rezio** 172

Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o *site* do Senado | **Valéria Castanho** 183

O acesso à cultura e o reconhecimento dos direitos culturais: experiência cubana | **Janny Carrasco Medina** 192

DIREITO À INFORMAÇÃO..... 204

Direito de informar: a participação do cidadão comum | **Delcia Maria de Mattos Vidal**..... 205

Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação | **Angélica Peixoto e Marcela D'Alessandro**..... 216

As verdades da e na gestão pública: uma leitura da lei de acesso à informação e da comissão nacional da verdade | **Dirlene Santos Barros e Mônica Tenaglia**..... 224

Direito à Verdade e Comissões da Verdade: direito de informação sobre graves violações de direitos humanos | **José Carlos Moreira da Silva Filho** 235

Direito à informação sobre transgênicos e agrotóxicos | **Viviane Brochart**..... 252

COMUNICAÇÃO E MINORIAS 265

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e cidadania | **Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida** 266

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação | **Neuza Meller e Flávio Castro**..... 280

Políticas públicas de comunicação e de cultura em uma perspectiva multicultural: desafios para a diversidade racial e étnica | **Luísa Martins Barroso Montenegro** 297

Ciberfeminismo e o “Direito Achado na Rede”: o ciberespaço como plataforma de inteligência coletiva e enfrentamentos na luta feminista | **Patrícia Vilanova Becker** 306

Rádiodifusão Sonora Comunitária em Terras Indígenas: os obstáculos da colonialidade na legislação de RadCom | **Rosane Freire Lacerda**..... 317

COMUNICAÇÃO E GOLPE	324
Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras Sílvia Alvarez e Jacques de Novion	325
Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho	336
Comunicação e democracia: o impacto da cobertura televisiva nas manifestações de março no Brasil Vanessa Negrini, Elen Geraldes e Janara Sousa	349
COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA	365
O Interozes e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação Bia Barbosa e Helena Martins	366
Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST Solange I. Engelmann e Ana Iris Nogueira Pacheco	383
Entre Ocupar e Invadir: a disputa midiática sobre o Direito Geraldo Miranda Pinto Neto	396
Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas Ísis Menezes Táboas, Leticia Pereira e Rosângela Piovesan	415
Fotografia Achada na Rua: dialética e práxis sob o foco de uma câmera Daniel Vitor de Castro	423
A relação entre a luta sindical e a pauta pela democratização da comunicação Vanessa Galassi	434
AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES	445
AS AÇTORAS E OS AÇTORES	446
AS ILUSTRAÇÕES E AS FOTOGRAFIAS	451

PARTE II

TRAJETÓRIAS

REFLEXÕES



**DE LUTA PELO DIREITO HUMANO
A PARTICIPAÇÃO E A INFORMAÇÃO**

COMUNICAÇÃO E MÍDIAS

Nº 16



O QUE ELES
FALAM DO SEU
POVO?

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e cidadania

Ludmila Cerqueira Correia
Olívia Maria de Almeida

Resumo

Este artigo discute o direito à comunicação e à informação a partir da experiência do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania, da Universidade Federal da Paraíba. Apresentam-se e analisam-se as oficinas realizadas em um hospital psiquiátrico e um Centro de Atenção Psicossocial, na perspectiva da educação jurídica popular e da educação em direitos humanos. Tais oficinas foram protagonizadas por pessoas em sofrimento mental e pessoas que usam drogas, em interação com extensionistas do referido grupo, e tiveram como produto final um jornal falado e um jornal escrito. Considera-se que as atividades de educação jurídica popular em direitos humanos e saúde mental promovem o direito à comunicação e à informação, visibilizando as demandas, opiniões e desejos das pessoas em sofrimento mental e daquelas que usam drogas.

Palavras-chave: Direito à comunicação e à informação. Educação jurídica popular. Educação em direitos humanos. Saúde mental.

Introdução

A educação jurídica popular e a educação em direitos humanos são referenciais metodológicos que subsidiam atividades de grupos de extensão jurídica popular no âmbito dos cursos de graduação em direito. Com ações construídas de modo horizontal e dialógico junto a movimentos populares e grupos em situação de vulnerabilidade que lutam pela garantia de direitos, tais grupos de extensão atuam a partir do debate de temas em direitos humanos e cidadania, visando a conscientização política e crítica, o protagonismo e o empoderamento das pessoas que participam das atividades.

As escolhas metodológicas dos grupos de extensão jurídica popular propõem a desmistificação do direito e o acesso ao direito e à justiça através da participação ativa e horizontal das pessoas envolvidas. A intersecção entre estes referenciais e o direito à comunicação e à informação é estratégica para a promoção da saúde. Quando percebidos como uma manifestação do direito à saúde, o direito à comunicação e à informação se

distanciam do modo de compreendê-los como recepção passiva e de mera transmissão de informações, e se voltam para a realidade social. Tais direitos passam a ser compreendidos de modo mais amplo, como processos de promoção da cidadania através do diálogo e da participação social no cuidado em saúde (PINHEIRO; LOFÊGO, 2012).

Especificamente na área da saúde mental, o direito à comunicação e à informação foram contemplados no texto da Lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, que dispõe sobre os direitos das pessoas em sofrimento mental e reformula a assistência em saúde destinada a este público. O parágrafo único do artigo 2º desta lei estabelece que também é direito da pessoas em sofrimento mental “VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento”. Por esta redação, percebe-se que a compreensão do direito à comunicação e à informação é restrita e não reflete a preocupação com o protagonismo das pessoas em sofrimento mental e demais atores envolvidos nas ações de cuidado em saúde.

O direito à comunicação e à informação tem sido pautado pelos grupos vinculados ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, os quais articulam pesquisa, ensino e extensão, para a efetivação dos direitos humanos e o combate a suas violações nas mais diversas áreas (CORREIA, SILVA JÚNIOR, 2014). Dentre eles, encontra-se o Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania, composto por estudantes dos cursos de graduação em Direito, Serviço Social, Enfermagem e Psicologia, e professoras dos cursos de Direito e Enfermagem.

Tal Grupo desenvolveu ações entre os anos de 2012 a 2014 num hospital psiquiátrico e num Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), ambos localizados no município de João Pessoa, Paraíba. Foram realizadas oficinas com temas de direitos humanos que refletiam as demandas das pessoas participantes, usuárias e trabalhadoras daquelas instituições, bem como o momento histórico e político do país. Os temas geradores foram o direito à liberdade, à igualdade e à não discriminação, direito à integridade física e psicológica, ao cuidado em saúde mental, à educação, à alimentação, ao lazer, ao transporte público de qualidade e ao passe livre, à cidade, ao acesso à justiça, à livre manifestação, à comunicação e à informação e o direito de reivindicar direitos.

Para analisar a experiência do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania e a intersecção com tais temáticas, este artigo apresenta e discute as oficinas com o tema do direito à comunicação e à informação, realizadas no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM) e no Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho, nos anos de 2012 e 2014, respectivamente. Para tanto, foram resgatadas as relatorias das atividades, os registros em fotos, diários de campo, gravação de depoimentos, relatos das¹ participantes e produtos das referidas oficinas, um jornal gravado e um jornal impresso.

Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira: “Jornal Juliano Doidera”

No período em que o Grupo Loucura e Cidadania atuou no CPJM, tal instituição contava com 232 leitos psiquiátricos, sendo que 176 leitos eram direcionados à pacientes adultos com transtornos mentais, 28 destinados ao acolhimento de dependentes químicos adultos, 16 direcionados ao cuidado de pacientes geriátricos e moradores e 12 para internação de adolescentes com transtorno mental associado ou não à dependência química (CORREIA *et al.* 2014). Além disso, também recebia as mulheres em conflito com a lei, encaminhadas por decisão judicial (seja para a realização de tratamento ou perícia ou, ainda, para cumprimento da medida de segurança), tendo em vista que a Penitenciária de Psiquiatria Forense do Estado não possui ala feminina.

Dentre as demandas de usuárias de hospitais psiquiátricos, estão as questões vinculadas ao direito à comunicação e à informação. Numa instituição total², em regra, tais direitos não são garantidos ou, em alguns casos, sequer, são vistos como direitos das pessoas ali internadas. Como aponta o Relatório da “Avaliação dos Hospitais Psiquiátricos no Âmbito do Sistema Único de Saúde”, publicado em 2011 pelo Ministério da Saúde, 72% dos hospitais psiquiátricos no Brasil não possuem nenhum mecanismo de controle social, “impedindo que os usuários tenham um canal de comunicação com a instituição” (BRASIL, 2011, p. 43). No

¹ Este artigo adota o gênero feminino universal como forma de propor linguagem crítica e inclusiva de gênero, na busca pela desconstrução do uso sexista da linguagem que considera o gênero masculino como universal. Esta escolha tem origem na perspectiva da igualdade de gênero, questão fundamental inserida na temática dos direitos humanos, com o objetivo de dar visibilidade também ao papel do gênero feminino como sujeito político.

² O hospital psiquiátrico pode ser caracterizado como uma instituição total, uma vez que reforça a exclusão individual e limita a interação com o mundo exterior (GOFFMAN, 2003).

caso do CPJM, este hospital psiquiátrico recebeu a pontuação “0,00” (zero) no indicador “Mecanismos de Controle Social” (Existência de Ouvidoria e de Conselho Gestor) (BRASIL, 2011, p. 77).

No que se refere ao indicador “humanização”, que “mensura o acesso a direitos e o favorecimento à percepção espaço-temporal”, do “total de hospitais psiquiátricos visitados, 66% apresenta inadequação.” (BRASIL, 2011, p. 50). Neste indicador, o mencionado Complexo recebeu pontuação máxima (6,75) (BRASIL, 2011, p. 38-39). As variáveis que compõem este último indicador são: livre acesso às áreas comuns; acesso ao uso de telefone; permissão para visita diária, acesso a espelho, a calendário e a relógio; utilização de doses individualizadas de medicamentos e educação permanente dirigida aos profissionais de saúde. Porém, observa-se que tais variáveis não contemplam o acesso a diversos direitos elencados em normas como a Constituição Federal, a Lei nº 8.080/1990 (que institui e regula o Sistema Único de Saúde) e a Lei nº 10.216/2001. No caso desta última, vale destacar o direito de livre acesso aos meios de comunicação disponíveis, que nem sequer consta entre as citadas variáveis relacionadas ao “acesso a direitos” do referido relatório.

Essa constatação corrobora a percepção das integrantes do Grupo Loucura e Cidadania durante o convívio com as usuárias do CPJM através das atividades ali realizadas, sobretudo, a partir das oficinas temáticas de direitos humanos, que ocorriam a cada quinze dias naquele hospital. Observou-se o quanto a fala tinha papel central naquela realidade, em que, muitas vezes, não há uma escuta diferenciada daqueles sujeitos que precisam de cuidados em saúde mental, e são poucos os espaços que possibilitam ouvir e assimilar as suas opiniões, demandas e aspirações.

Compreendendo a importância dessa demanda, em diálogo com o grupo de usuárias que participavam das oficinas, identificamos o tema que marcaria os próximos encontros no mês de agosto de 2012: o direito à comunicação e à informação. Isso se confirmou quando também observamos que boa parte daquelas pessoas não tinha acesso a televisão, rádio, computador e/ou outros meios de comunicação escritos, com exceção das poucas pessoas

que frequentavam a biblioteca da instituição e tinham acesso às revistas e livros³. A primeira oficina com esse tema teve como título: “Direito à comunicação: o que se passa no Juliano Moreira?”.

O grupo de extensionistas realizou o planejamento da oficina na semana anterior, com a ideia preliminar de fazer um noticiário no CPJM a partir da fala das usuárias, ou seja, estas criariam o roteiro, escolheriam os temas a serem abordados e informariam o que acontece dentro da instituição. Sugeriram-se, ainda, os seguintes tópicos: clima/tempo, agenda cultural, fatos e fofocas, gastronomia, esporte, música, entrevista e outras notícias do hospital. Para tanto, a oficina foi realizada em dois turnos: pela manhã, após a apresentação e debate da proposta com o grupo, este foi organizado em subgrupos de acordo com os temas que os interessavam para que debatessem e se preparassem, inclusive montando os acessórios e o cenário para a gravação; no turno da tarde, já com cada quadro do jornal formulado, foram concluídos o figurino e o cenário, além de um pequeno ensaio, e o noticiário foi apresentado e gravado em seguida. Cada subgrupo foi acompanhado de um ou dois extensionistas que ajudaram a facilitar a atividade e disponibilizaram os materiais necessários, como tinta, papel, cartolina, caixas, roupas, objetos, utensílios, computador, *data show*, câmera, máquina fotográfica, dentre outros. As cenas foram gravadas em diversos espaços da instituição, como a biblioteca, o espaço para eventos, os corredores do hospital e o auditório.

O nome escolhido pelas usuárias para o noticiário foi “Jornal Juliano Doidera”, que contou com a participação de vinte e sete pessoas, entre usuárias e algumas trabalhadoras do CPJM, na sua montagem e gravação. Houve uma segunda sugestão para o nome: “BOTO – Batalhão de Operação Tapa na Orelha”, em uma alusão à violência física que alguns daqueles usuários sofriam, como explicado pelo rapaz que sugeriu: “Isso é o que rola aqui dentro”. Porém, a maioria do grupo escolheu a primeira opção. Dois estudantes do Coletivo Canto Geral, grupo vinculado ao Curso de Psicologia da UFPB, também participaram da oficina e fizeram a filmagem e a edição do jornal, que contou com dois apresentadores, uma mulher e um homem internados no CPJM.

³ Vale registrar que a maior parte desse material era adquirida através de doação, e algumas das usuárias que acessavam afirmavam que não tinham interesse pelo conteúdo, por considerarem um material “velho, empoeirado, desatualizado”.

O “Jornal Juliano Doidera” foi gravado com a seguinte sequência: a) apresentação; b) entrevista com usuário, que contou parte da sua história de vida, sobretudo quando passou a viver na rua e como foi internado no CPJM; c) matéria sobre culinária, destacando a alimentação no CPJM, na qual duas usuárias apresentaram o cardápio diário do hospital, enfatizando alguns tipos de alimentos/refeições recorrentes, e ao final, ensinando uma receita de bolo; d) matéria sobre o espaço do forró, gravada pelas usuárias; e) matéria sobre o clima, apresentada por uma usuária; f) matéria sobre esporte: entrevista com um usuário sobre o campeonato de ping pong a ser realizado no CPJM; g) matéria sobre a exposição temporária no CPJM de obras de arte de usuárias do CAPS AD, gravada com uma trabalhadora; h) matéria com o tema educação, sobre a biblioteca do CPJM, gravada com a bibliotecária; i) apresentação da Banda Milagres, com a participação de usuárias e extensionistas; j) música apresentada por um usuário com o encerramento da atividade.

Ao final da gravação do telejornal, o grupo decidiu exibi-lo na oficina seguinte, que contou com a participação de vinte e seis pessoas, dentre usuárias e trabalhadoras do hospital, incluindo algumas psicólogas que não estavam na primeira etapa. As pessoas estavam bastante atentas e algumas delas se reconheceram no telejornal, ficando em alguns momentos envergonhadas ou tímidas, e, ao final, se mostraram satisfeitas com a sua participação. Após a exibição foi feita uma roda de conversa para falar sobre essa experiência. Dentre as usuárias, registram-se: “foi o máximo, apesar da gente tomar remédios controlados, somos capazes de fazer o que fizemos”; “achei muito, muito competente quem programou, interagiu com os pacientes”; “foi legal, fiquei alegre e contente com a entrevista”; “parabéns para o pessoal que fez o projeto”; “achei bonito o trabalho da equipe e me senti bem em fazer aquilo porque ficamos aqui sem nada pra fazer”. Quanto às trabalhadoras: “devemos olhar pessoas: apesar de terem um sofrimento específico, são pessoas, pacientes” e enfatizou a importância dessa atividade diferenciada; “fiquei surpresa com tanta gente atuando no jornal”, “todos tem capacidade para ser quem realmente são”. Por fim, uma extensionista afirmou que a proposta do telejornal foi realizada para as usuárias se expressarem, dizendo o que pensam.

Ainda nesse encontro, foi exibido um vídeo da TV Pinel⁴, que depois foi debatido pelo grupo. Como afirmou uma usuária: “o filme quis passar que nós podemos ir além da nossa imaginação, e a nossa imaginação vai além da realidade.” Outras usuárias também fizeram comentários, e, ao final, discutiu-se a possibilidade de fazer uma peça de teatro diante da sugestão de algumas, passando, assim, à escolha dos temas bem como à criação do roteiro por um grupo de usuárias que se voluntariou para trazer na oficina seguinte.

Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas: “Caldeirão da Cidadania: Jornal A Voz Do CAPS”

No ano de 2014, o Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania realizou oficinas com temas em direitos humanos no Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho. Inaugurado em 2010, este serviço de saúde mental compõe a Rede de Atenção Psicossocial do município de João Pessoa e atende pessoas adultas com demandas decorrentes do uso/abuso de drogas, em sofrimento mental ou não, oferecendo também leitos de acolhimento para casos de desintoxicação por breve período. Durante as atividades do Grupo, tal serviço contava com 1.408 usuárias cadastradas e 576 em acompanhamento, chegando a atender cerca de 60 usuárias por dia (CORREIA *et al.* 2016).

O Grupo Loucura e Cidadania realizou 14 oficinas quinzenais junto às pessoas que frequentavam o CAPS AD, usuárias e trabalhadoras do serviço. Nestes encontros, foram apresentadas demandas relacionadas ao direito à comunicação e à informação. Os relatos das participantes, principalmente daquelas que viviam na rua, sobre situações de violações de direitos observadas no contexto da Copa do Mundo, levou à construção da oitava oficina do ano de 2014, que teve por tema: “Direito à comunicação e acesso à informação”.

Para debater o tema, foi exibido o documentário “Boca de Rua”⁵, sobre um jornal construído por pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Em seguida, foi

⁴ A TV Pinel é uma iniciativa que vem sendo desenvolvida desde 1996 pelo Instituto Municipal Phillippe Pinel, ligado à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, através da Imagem na Ação – Núcleo de Desenvolvimento de Projetos de Comunicação e Cidadania. Ao longo desses anos vem produzindo programas com metodologia participativa a partir dos desejos e intenções dos usuários, seus familiares e trabalhadores da saúde mental na concretização do seu roteiro audiovisual. Para maiores informações, ver: <<http://tvpinel2011.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

⁵ “Boca de Rua – Vozes de Uma Gente Invisível”, de Marcelo Andrighetti. Disponível em: <<http://m.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

realizada uma roda de conversa sobre os meios de comunicação como estratégia para a amplificação das vozes de pessoas vulnerabilizadas. Foram debatidas as dificuldades para concretizar um projeto dessa natureza, principalmente no que diz respeito à necessidade de apoio externo para formação e financiamento. O debate também discorreu sobre o modo que a mídia hegemônica veicula notícias, muitas vezes de forma distorcida, sensacionalista e discriminatória, como ocorre nos casos de violência policial noticiados, como destacou um dos usuários, a partir de sua experiência. Ainda nessa oficina, foi afirmada a importância de divulgar informações sobre o CAPS AD e sobre as pessoas que fazem uso do serviço. Elas explicaram que há o desejo de expressarem suas opiniões, mas não encontram meios para isso. Esta discussão culminou na proposta de construção de um jornal do CAPS AD. Na dinâmica debatemos sobre os temas para compor as seções do jornal e os nomes sugeridos.

A oficina seguinte deu continuidade à construção do “Jornal Caldeirão da Cidadania – A voz do CAPS”. Neste encontro, a estrutura dos cadernos temáticos foi planejada de modo que abordasse a realidade daquele serviço de saúde mental. Foram selecionados os seguintes cadernos: caderno de artes “Caldeirão CAPS: Cultura em foco”, “Vida e Saúde: MetAmorfase” e “Educação e Trabalho”.

O caderno de artes foi construído a partir do relato das pessoas sobre sua proximidade com a arte dentro e fora do CAPS AD. Resgataram-se as produções das oficinas artísticas e terapêuticas ministradas por profissionais do serviço e discutiu-se a importância de um jornal trazer um caderno de arte para divulgar essas atividades. A capa do caderno foi confeccionada com materiais das oficinas de arte realizadas no CAPS AD e foram incluídas poesias de usuárias. No intervalo entre esta oficina e a seguinte, algumas extensionistas retornaram ao CAPS AD para conhecer as oficinas de arte do serviço e incluir relatos colhidos e registros fotográficos no caderno de arte do jornal.

Dando continuidade à confecção do jornal, no encontro seguinte foi construído o caderno Vida e Saúde. As discussões giraram em torno do conceito de saúde e da estratégia da Redução de Danos no uso de drogas, como proposta da redução de fatores de vulnerabilidade e risco social, e promoção da saúde a partir da autonomia e do protagonismo das pessoas que usam drogas. Para um usuário do CAPS AD, “saúde é um conjunto de bem-

estar, é o psíquico; é o conjunto que vai dizer se você tem saúde”. Outro usuário afirmou que “toma remédio o tempo todo”, e por isso não está saudável.

A metodologia utilizada na construção desse segundo caderno partiu da organização em subgrupos para a realização de entrevistas entre as pessoas participantes da oficina, usuárias e trabalhadoras do serviço que elaboraram coletivamente as perguntas em torno do tema central escolhido para o caderno. Em seguida, foi elaborada a agenda de atividades do CAPS AD, que continha três colunas com os seguintes pontos: 1- Oficina; 2- Por que frequentar; 3- Onde/Quando.

Na última oficina, elaborou-se o caderno Educação e Trabalho. Inicialmente, foi feita discussão em torno das seguintes perguntas geradoras: “Qual relação trabalho – educação?” e “Quais as dificuldades enfrentadas pelas usuárias em relação ao trabalho e à educação?”. O caderno trouxe uma sessão de “classificados”, que continha informações a respeito dos serviços que as pessoas poderiam acessar para qualificação e aprimoramento profissional e para procurar emprego, e ainda, um espaço para oferecer seus serviços. Apresentava, ainda, matéria sobre as dificuldades que as usuárias do CAPS AD enfrentavam ao procurar emprego. Como produto desta atividade, foi construído um varal com estas informações e exposto no mural do CAPS AD.

O jornal também noticiou a experiência do BatuCaps, grupo musical composto por usuárias e profissionais do serviço, e matérias sobre pessoas que são referências da luta antimanicomial no Brasil, como Nise da Silveira, Bispo do Rosário e o Profeta Gentileza.

Ao fim das oficinas de construção do jornal, as extensionistas realizaram a edição e a montagem, com a seleção de fotografias e a digitalização das colagens e desenhos confeccionados durante as atividades no CAPS AD. O objetivo do Grupo Loucura e Cidadania era realizar este momento final de edição do jornal junto às pessoas que o construíram. No entanto, a falta de estrutura do serviço, bem como de computadores e escâner, e a impossibilidade das participantes se dirigirem à universidade, inviabilizou tal ideia. Desse modo, as extensionistas imprimiram e distribuíram o jornal no último encontro daquele ano, juntamente com a avaliação e o encerramento das atividades.

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação

Como afirma Renata Rolim (2011, p. 22), a comunicação e o direito fazem parte das lutas pela construção de novas relações sociais, “senão como meios ou instrumentos – pois não estão acima ou fora das relações sociais – mas como componentes do processo dialético de emancipação humana.” Nesse sentido, destaca-se a Educação Jurídica Popular como uma experiência pedagógica, amparada metodológica e teoricamente na educação popular (FREIRE, 1979, 1989, 1987), que vem sendo muito utilizada por movimentos sociais, algumas organizações de direitos humanos e projetos de extensão universitários, em sua prática cotidiana, como meio de emancipação dos sujeitos, concebendo-os enquanto seres políticos.

Entre as questões relacionadas com o direito à comunicação, destaca-se a condição de sujeito que a teoria da comunicação participativa buscou resgatar, a partir das diversas práticas realizadas nas décadas de 1970 e 1980 (ROLIM, 2011). De acordo com a perspectiva freireana, para haver transformação da realidade, é necessário que todas as pessoas se vejam como sujeitos dessa transformação, o que implica em ação e reflexão (FREIRE, 1987). Ao propor um desafio conceitual entre extensão e comunicação, Paulo Freire (1983) reforça a ideia de que a atividade de conhecimento é dialógica e está associada à comunicação entre os sujeitos, de coparticipação, de interação no mesmo sistema linguístico pertencente ao universo comum a ambos. Segundo esse autor, “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 46), e exige uma reconstrução permanente do ato de conhecer através da problematização do conteúdo.

Assim, ao realizar as oficinas temáticas em direitos humanos na perspectiva da educação jurídica popular, a partir do tema do direito à comunicação e à informação, o Grupo Loucura e Cidadania privilegiou a reflexão sobre a realidade em que as pessoas internadas no CPJM estavam inseridas, no sentido de transformá-la a partir da sua integração com as trabalhadoras da instituição. No que se refere ao CAPS AD, observou-se que o trabalho desenvolvido com a construção do jornal, ainda que de forma experimental, viabilizou a discussão de uma série de temas ligados aos direitos humanos, a partir das vivências das usuárias, bem como estimulou a criatividade e a organização das pessoas envolvidas nas atividades.

Em ambas as experiências, evidenciou-se o quanto o processo de elaboração daqueles instrumentos de comunicação foi significativo, não se reduzindo apenas à apresentação de um telejornal e à distribuição de um jornal impresso. Tal questão dialoga com a dimensão de ampliação da cidadania e da participação de grupos sociais invisibilizados para o aprofundamento da democracia, uma vez que o direito à comunicação e à informação tem papel relevante para a vocalização desses sujeitos.

Nesse sentido, as experiências acima relatadas permitiram que aquelas pessoas passassem a ser produtoras de informação; possibilitaram a observação, o questionamento e a reflexão sobre o mundo a sua volta, a cooperação e o reconhecimento da atuação de cada participante; além de possibilitar às trabalhadoras dos serviços de saúde o acesso às diversas formas de expressão das usuárias, através de outras linguagens. Isso revela o quanto é estratégica a realização de ações de comunicação nas políticas públicas de saúde, como apontam Pinheiro e Lofêgo (2012, p. 7):

Na elaboração e na implementação das políticas públicas de saúde deve-se considerar a informação e a comunicação não só como insumos e instrumentos pontuais, mas como processos que podem promover a cidadania ao potencializar espaços de diálogo e participação de diferentes atores envolvidos na promoção do cuidado em saúde.

Ademais, observa-se a importância da comunicação, do ponto de vista político, como processo significativo, a ser compartilhado em uma relação de igualdade, “porque dizer a palavra é participar do processo histórico e, como tal, não é privilégio de poucos, mas direito humano indelegável.” (ROLIM, 2011, p. 135). Portanto, é necessário contextualizar o direito à comunicação e à informação no campo da teoria crítica dos direitos humanos, ou seja, compreendendo os direitos humanos como “resultado de lutas sociais pela dignidade. Lutas que vão dirigidas ao empoderamento dos seres humanos aumentando sua potência de atuar e de reagir diante de seus entornos de relações.” (FLORES, 2008a, p. 12). Daí a importância das atividades de educação jurídica popular aliadas à perspectiva da educação em direitos humanos, como potencializadora de atitudes questionadoras e de transformação das relações e práticas sociais e institucionais.

No percurso da construção das oficinas, que culminaram com a apresentação do telejornal e a divulgação do jornal, destacam-se as metodologias participativas adotadas, que priorizaram a escuta das usuárias e trabalhadoras dos serviços de saúde. Assim, evidenciou-se que tais metodologias buscaram “efetivar deslocamentos múltiplos (...) para a produção e o reconhecimento de saberes” daqueles sujeitos (MEDEIROS *et al.*, 2015, p. 155), bem como demonstrou o compromisso ético-político do Grupo Loucura e Cidadania com os princípios dos direitos humanos e da luta antimanicomial. Como afirma Herrera Flores (2008b, p. 65), *“Contextualizar los derechos como prácticas sociales concretas nos facilitaría ir contra la homogeneización, invisibilización, centralización y jerarquización de las prácticas institucionales tradicionales.”*

Aprendizados e Desafios

As ações construídas pelo Grupo Loucura e Cidadania junto às usuárias e profissionais do CPJM e do CAPS AD demonstram como a escolha das metodologias da educação jurídica popular e da educação em direitos humanos foi estratégica para a ampliação do conceito do direito à comunicação e à informação. Na medida em que foram criados espaços acolhedores e de diálogo, a participação das pessoas e a escuta ativa de suas histórias de vida implicaram na promoção da cidadania e do direito humano à saúde. Avaliou-se que essas práticas poderiam reverberar no atendimento realizado pelas trabalhadoras daqueles serviços de saúde.

Dentre os desafios dessas experiências, destacamos:

a) os produtos das oficinas ficaram restritos às mencionadas instituições, não reverberando em outros espaços;

b) a existência de alguns pontos de contato entre a realidade de uma instituição total (CPJM) e um serviço substitutivo (CAPS AD), ou seja, em alguns momentos percebemos aspectos de institucionalização das usuárias do CAPS, mesmo sendo um serviço substitutivo ao hospital psiquiátrico, ao mesmo tempo em que estas apresentavam maior liberdade no acesso aos recursos disponibilizados no serviço para as atividades propostas;

c) a pouca implicação das trabalhadoras nas oficinas, no sentido de dar prosseguimento aos debates e questões apresentadas pelas usuárias;

d) a carência de espaços institucionais que proporcionem a realização de atividades desse cunho e que possibilitem o acolhimento das demandas apresentadas.

Sendo assim, são aprendizados e desafios que podem auxiliar na elaboração de novos indicadores para a construção e avaliação de políticas públicas de saúde, na perspectiva da cidadania ativa e dos direitos humanos das pessoas em sofrimento mental e das pessoas que usam drogas.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 Abr. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. **Avaliação dos Hospitais Psiquiátricos no Âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/saude-mental/avaliacao-dos-hospitais-psiquiatricos-no-ambito-do-SUS-ministerio-da-saude-nov.2011>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CORREIA, Ludmila Cerqueira *et al.* **Cidadania e direitos humanos**: educação jurídica popular no Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho. In: Anais do III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. v. 1. p. 186-204.

CORREIA, Ludmila Cerqueira *et al.* Cidadania e Direitos Humanos: Educação Jurídica Popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira. In: CORREIA, Ludmila Cerqueira; SILVA JÚNIOR, Nelson Gomes de Sant'ana e. **Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba**: sustenta a pisada. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 97-128.

CORREIA, Ludmila Cerqueira; SILVA JÚNIOR, Nelson Gomes de Sant'ana e. **Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba**: sustenta a pisada. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FLORES, Herrera Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Entrevista concedida a José Geraldo de Sousa Junior para Constituição & Democracia – Observatório da Constituição e da Democracia. Brasília: UnB/Faculdade de Direito-Sindjus-DF, nº 23, junho de 2008a.

_____. **La reinvencción de los derechos humanos**. Sevilla: Atrapasueños, 2008b.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Educação e Mudança**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOFFMAN, Ervin. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MEDEIROS, Érika Lula de et. al. O Direito Achado na Rua: Exigências Críticas para a Pesquisa, a Extensão e o Ensino em Direito e em Direitos Humanos. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. (Org.). **O direito achado na rua: concepção e prática**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 151-164.

PINHEIRO, Roseni; LOFÊGO, Juliana. Direito à comunicação como manifestação do direito humano à saúde: participação, diálogo e cidadania na construção das políticas públicas. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, s/p, 2012.

ROLIM, Renata Ribeiro. **Direito à comunicação: possibilidades, contradições e limites para a lógica dos movimentos sociais**. Recife: Oito de Março, 2011.

 **O DIREITO
ACHADO NA RUA**

LAPCOM
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO



A Mídia
Golpista
mata todo
DIA!

